



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI**

1 Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária do ano de 2020 (dois mil e vinte) da  
2 Vigésima Terceira Legislatura da Câmara Municipal de Mauriti, Estado do Ceará, às 9h  
3 (nove horas) do dia 02 (dois) de junho de 2020 (dois mil e vinte), na Sala das Sessões  
4 Vereador José Ramalho Sobrinho realizou-se a Sessão Ordinária deste Poder  
5 Legislativo Municipal. Verificou-se a lista de presença, estão presentes os seguintes  
6 vereadores: José Juscian Sampaio de Lacerda – Presidente; Romário Leite Alencar – 1º  
7 Secretário; José Laureno Cardoso – Corregedor Geral, José Almir Tavares de Moraes,  
8 João Paulo Furtado, Rangel Cartaxo de Melo, Maria Jocelma Santana Furtado, José  
9 Leopoldo Leite e Samuel Sampaio Coelho. AUSENTES: Fernanda Cartaxo Martins  
10 Pitanga, Francisco Auricélio Vieira, Teófilo Joaquim do Nascimento Neto e Fabrício  
11 Braga Nóbrega. Verificado o número regimental de vereadores, o Sr. Presidente José  
12 Juscian Sampaio de Lacerda declarou aberta a sessão. Passou a palavra à escriturária  
13 para leitura da ata da sessão anterior. Os vereadores Almir Tavares de Moraes e Samuel  
14 Coelho pediram dispensa da leitura, o que foi aceito pelos demais edis. Aprovada a ata  
15 da sessão anterior. PEQUENO EXPEDIENTE: o Sr. Presidente passou a palavra ao  
16 Primeiro Secretário para leitura do Expediente do Dia: Ofício nº 244/2020 da Secretaria  
17 Municipal de Saúde – Encaminha prestação de contas referente ao primeiro  
18 quadrimestre de 2020. Ofício nº 064/2020 da Procuradoria Geral do Município –  
19 Solicita retirada de pauta de votação do Projeto de Lei nº 14/2020, Art. 8º, II, da Lei  
20 complementar nº 173/2020. Ofício nº 054/2020 do Instituto de Gestão e Cidadania –  
21 Solicita espaço do plenário em 20/06/2020. Requerimento nº 35/2020, do Vereador João  
22 Paulo Furtado à Secretaria Municipal da Fazenda – I. Solicita cópia integral da  
23 Licitação: 2019.10.31.1/2019, da empresa A. F. Bene Construções Ltda. Objeto:  
24 Contratação de serviços de engenharia para execução de obra de complementação de  
25 construção do Centro Administrativo, localizado na Avenida Senhor Martins, sede do  
26 município de Mauriti/CE, no valor de R\$ 1.483.864,34, acompanhado da respectiva  
27 comprovação de realização dos serviços contratados, bem como do processo de  
28 pagamento e laudo de medição. GRANDE EXPEDIENTE: O Sr. Presidente convidou o  
29 representante do IGC (Instituto de Gestão e Cidadania) para usar a tribuna. O Sr.  
30 Herbert Pessoa Lobo cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de discorrer  
31 sobre o rompimento do contrato nº 01/2019, celebrado entre a entidade e a Prefeitura  
32 Municipal de Mauriti. Informou que em fevereiro houve uma reunião com o Prefeito de  
33 Mauriti, Sr. Josevan Leite de Oliveira, com a Diretora Financeira do IGC, Sr.ª Carol  
34 Macedo e com a Diretora do Hospital São José, Sr.ª Danielle Targino, ocasião em que  
35 discutiram o funcionamento e melhoria no serviço do referido hospital. Que ao final da  
36 reunião o Sr. Prefeito externou o desejo de realizar o destrato. Que na ocasião afirmou  
37 não haver problema em encerrar o contrato e que o faria de maneira amigável. Que  
38 houve uma segunda reunião em 16 (dezesseis) de março, na qual não se fez presente e  
39 nem o Sr. Prefeito, mas que ambos encaminharam seus representantes para acertarem os



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI**

40 termos efetivos do destrato. Que na oportunidade ficou acordado que o IGC e a  
41 Prefeitura trabalhariam juntos até 20 (vinte) de abril, tendo a gestão, concordado em  
42 efetuar todos os pagamentos e repasses financeiros, bem como cumprir todas as  
43 obrigações relativas aos serviços prestados até então. Assegurou que todos os  
44 compromissos referentes ao mês de março foram cumpridos a contento, mas que o mês  
45 de maio abril está em aberto até a presente data, o que compreende as despesas até o dia  
46 20 (vinte) de abril, bem como o valor das rescisões contratuais dos funcionários que são  
47 regidos pela CLT. Afirmou que a Prefeitura alega não ter obrigação de repassar o  
48 recurso relativo às rescisões contratuais. Afirmou também que o IGC, ao encaminhar  
49 suas faturas ao fim de cada mês, fazia retenções de valores específicos para garantir  
50 pagamento das férias, décimo terceiro dos servidores dos hospitais e deveria ter feito  
51 também a retenção das rescisões trabalhistas, mas que não o fez. O Sr. Herbert Lobo  
52 alegou que todas as despesas para o funcionamento de um contrato de gestão são de  
53 responsabilidade do município. Que os institutos, enquanto organizações sociais nada  
54 fabricam ou comercializam, portanto não são empresas e por isso não dispõem de  
55 reserva financeira própria. Que ao reter, o IGC deposita em uma poupança o dinheiro  
56 repassado pelo município. Que ao invés de apresentar a cada mês, apresentou o global  
57 relativo às rescisões trabalhistas. Que para a gestão tanto faz repassar em parcelas, como  
58 de uma única vez, pois o recurso para pagar as restrições sempre virá do município.  
59 Destacou que o IGC encaminhou prestação de contas todos os meses e que nunca teve  
60 uma destas questionadas pelo município. Observou que no contrato consta que a  
61 Prefeitura deve designar uma comissão para acompanhar o mesmo e que esta tem o  
62 dever de orientar a prestadora de serviço quando houver divergência. Assim sendo,  
63 deveria ter observado que nas faturas não foram feitas as reservas para as rescisões  
64 trabalhistas. Enfatizou que o pagamento das rescisões por parte da Prefeitura nesse  
65 momento não significa lucro para o IGC. Informou que o IGC já protocolou, há duas  
66 semanas, um pedido de posicionamento à Delegacia Regional do Trabalho e que na data  
67 atual, ingressou ação na justiça para que o município cumpra a sua responsabilidade.  
68 Concluiu destacando que o IGC nunca teve problema trabalhista, débito no INSS ou  
69 condenação na justiça. Em aparte, o Vereador José Leopoldo Leite indagou se os  
70 funcionários que estão no hospital são do IGC ou da Prefeitura. O Sr. Herbert Lobo  
71 explicou que no Hospital São José há dois tipos de contrato: os dos funcionários do  
72 regime CLT e os prestadores de serviços, como os médicos, que são contratados via  
73 empresas desses profissionais. Assegurou que como todos são contratados para prestar  
74 serviços ao município, são servidores do município e o instituto é apenas uma ponte,  
75 para que o salário saia do município até a conta do trabalhador. Mas, lembrou que o  
76 contrato não é um contrato de pessoal, mas de gestão como um todo e que o pessoal não  
77 entra nos 60% de responsabilidade fiscal, o que acontece com um contrato de  
78 cooperativa, e que um contratado por esta última, não tem direito a férias, décimo

Rua Tabelião Chagas Sampaio, 517, Centro, Mauriti-CE.

Fone (88) 3552-1470 | CNPJ 12.477.162/0001-02

[www.camarademauriti.ce.gov.br](http://www.camarademauriti.ce.gov.br)



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI

79 terceiro e outras garantias trabalhistas. Em aparte, o Vereador João Paulo Furtado  
80 saudou a todos e lembrou que abordou esse tema do IGC na última sessão por ter sido  
81 procurado pelos servidores do hospital preocupados por não receber o pagamento.  
82 Afirmou que o impasse se dá na prestação de contas e que não existe a comissão  
83 anterior a 2019. Afirmou que não esperava que essa questão fosse à justiça, indagou  
84 sobre a forma como era feito o repasse e lembrou que sempre acompanhou os atrasos. O  
85 Sr. Herbert Lobo explicou que o valor total mensal do contrato sempre foi realizado  
86 através de dois repasses. Que sempre havia atraso, o que gerava algum desgaste com  
87 fornecedores, mas que a Prefeitura nunca deixou de repassar e que desconhece as razões  
88 do atraso. Em aparte, o Vereador Samuel Coelho saudou os presentes observou que por  
89 esquecimento o IGC não repassou os valores relativos às rescisões contratuais dos  
90 servidores celetistas, depositados mensalmente pela Prefeitura, no valor de R\$  
91 18.000,00 (dezoito mil reais). Citou planilha de cobrança de estabilidade de  
92 funcionários do IGC que seria somada aos valores, onerando a folha de pagamento,  
93 motivo que gerou impasse entre o IGC e a Prefeitura. Externou desejo de que a questão  
94 seja resolvida com diálogo. Questionou se a cobrança é somente de 20 (vinte) dias ou de  
95 todo o mês de abril. O Sr. Herbert Lobo explicou que o IGC não encaminhou nas  
96 faturas o valor das rescisões e que a obrigação do repasse é da Prefeitura e que há um  
97 impasse. Que se há a necessidade de pedido de esclarecimento, correção ou contestação  
98 de valores que seja feito de maneira oficial. Afirmou que a cobrança corresponde a  
99 apenas 20 (vinte) dias e das rescisões. Que há um impasse e que a Prefeitura não  
100 reconhece as rescisões e O IGC não reconhece como sendo uma dívida sua. Em aparte,  
101 a Vereadora Maria Jocelma Santana saudou a todos e agradeceu pela presença do IGC.  
102 Afirmou que com esse impasse quem perde são os funcionários e o município de  
103 Mauriti como um todo. Afirmou que votou contra o gerenciamento do hospital pelo  
104 IGC e cobrou planejamento por parte das secretarias municipais. Demonstrou  
105 preocupação com o gestor pelas consecutivas vezes que a cidade de Mauriti se destaca  
106 negativamente na mídia. Em aparte, o Vereador Samuel Coelho sugeriu a formação de  
107 uma comissão para se reunir com a Prefeitura e o IGC e mediar o impasse. Em aparte, o  
108 Vereador Romário Alencar informou que conversou com funcionários do hospital que  
109 estão com três meses de atraso em seus salários. Indagou se estes são do IGC ou da  
110 Prefeitura. Indagou se o valor de rescisão não havia sido já repassado. O Sr. Herbert  
111 Lobo reafirmou que o atraso se refere apenas aos vinte dias trabalhados do mês de abril  
112 e da perspectiva do IGC, as rescisões trabalhistas, que se configura como ponto de  
113 divergência. Que se os valores houvessem sido repassados, estariam em conta junto  
114 com as férias e décimo terceiro. Que o valor não muda, seja repassado antes ou agora. O  
115 Sr. Presidente sugeriu a possibilidade de pagar os dias trabalhados e posteriormente  
116 negociar as rescisões contratuais e defendeu o diálogo no que o Vereador Samuel  
117 Coelho concordou. O Sr. Herbert Lobo agradeceu e lembrou que o IGC por várias vezes

Rua Tabalião Chagas Sampaio, 517, Centro, Mauriti-CE.

Fone (88) 3552-1470 | CNPJ 12.477.162/0001-02

[www.camarademauriti.ce.gov.br](http://www.camarademauriti.ce.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI**

118 requereu espaço nesta Casa e sempre priorizou a transparência e que está buscando  
119 realizar tudo, em todas as instâncias e que não é a favor do trabalhador negociar e abrir  
120 mão dos seus direitos, pois a Prefeitura dispõe de recurso para cumprir com as  
121 obrigações trabalhistas, que basta olhar as contas do município que o recurso está lá e  
122 que os senhores vereadores têm melhor acesso a estas informações. Que ainda que a  
123 Prefeitura não dispusesse deste recurso, deveria buscá-lo. O Vereador Samuel Coelho  
124 sugeriu que como estava presente a Secretária de Saúde, que tendo ouvido a exposição  
125 do representante do IGC, que ela pudesse usar a tribuna para expor as razões do não  
126 pagamento, por parte do município. Ao que o Sr. Presidente sugeriu consultar os  
127 colegas a respeito, e que todos concordaram. A Sr<sup>a</sup>. Elônya Moura saudou a todos.  
128 Afirmou que a decisão de romper o contrato foi da Prefeitura, mas de comum acordo  
129 com o IGC, conforme cópia de ata em seu poder. Que se não havia comissão  
130 anteriormente, desde que assumiu como gestora da pasta, esta foi formada, estando ativa  
131 desde então até o momento, solicitando e avaliando as prestações de contas. Que dentro  
132 do valor total do contrato já vem na nota a provisão de dezoito mil reais, que é pago  
133 todo mês. Afirmou que a administração deseja fazer o pagamento, mas que não abre  
134 mão de trabalhar dentro da legalidade. Que ao assinar uma nota que não é vista como  
135 legal, quem vai responder no futuro é a Secretária, enquanto ordenadora de despesa,  
136 assim como o Sr. Prefeito. Enfatizou que em nenhum momento a gestão está contra  
137 funcionário. Que se a gestão só deve 20 (vinte) dias, indagou o motivo pela qual há  
138 funcionários com dois meses sem receber. Que aguarda prestação de contas detalhadas  
139 para realização de pagamento. Afirmou que têm em mãos todas as prestações de contas  
140 apresentadas pelo IGC com provisões trabalhistas de todos os meses. Em aparte, o  
141 Vereador João Paulo Furtado afirmou que no que corresponde a cooperativas, o que foi  
142 contratado foi apenas a mão de obra. Que em 2018 encaminhou ofício com  
143 questionamentos sobre o que acontece hoje e não recebeu resposta. Solicitou que fosse  
144 realizado ao menos o pagamento referente ao mês de maio e pediu agilidade na  
145 prestação de conta. A Secretária afirmou que foi contratado apenas mão de obra, pois  
146 para realizar um chamamento necessitaria de aprovação do conselho e não havia tempo  
147 para contratar uma nova OS ou para os tramites legais de aprovação de conselho, mas  
148 que no contrato está estipulada a carga horária e que aguarda relatório até a data atual.  
149 Que a gestão está vendo com bons olhos, mas que é preciso ter responsabilidade no que  
150 vai ter que assumir posteriormente. Que a gestão está preocupada tentando resolver a  
151 situação para realizar pagamento ao IGC e à cooperativa, mas que deseja se munir de  
152 documentos. Que a prestação de contas era solicitada para ser entregue em tempo hábil,  
153 mas que isso jamais aconteceu. O Sr. Presidente convidou para fazer uso da tribuna o  
154 Procurador do Município, Sr. Alberto Jorge, que saudou todos os presentes. Afirmou  
155 que para cada obrigação há um contrato para reger as partes, que este estabelece um  
156 valor de repasse e quem o recebe deve se planejar para saber onde aplicá-lo

Rua Tabelião Chagas Sampaio, 517, Centro, Mauriti-CE.

Fone (88) 3552-1470 | CNPJ 12.477.162/0001-02

[www.camarademaauriti.ce.gov.br](http://www.camarademaauriti.ce.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI**

157 devidamente. Que o contrato é claro quando estabelece obrigações e dentre as do IGC  
158 consta na cláusula 3ª, dispositivo 17: “responsabilizar-se integralmente pela contratação  
159 e pagamento de pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da  
160 contratada, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais  
161 e obrigações trabalhistas”. Afirmou que de acordo com o contato, entende que as  
162 obrigações são de responsabilidade do IGC, uma vez que o município já repassou os  
163 valores para o instituto e que este deveria ter criado um fundo para depositar os recursos  
164 para pagar esses encargos que cedo ou tarde chegariam, e aí é que entra o planejamento.  
165 Que os termos do contrato são claros e que o município não pode descumpri-los. Que  
166 realizar tal pagamento seria descumprir esta cláusula e incorrer em improbidade  
167 administrativa. Destacou que o IGC foi advertido pela Secretaria Municipal de Saúde  
168 por inconsistência na prestação de contas, por determinação contratual. Em aparte, o  
169 Vereador João Paulo Furtado destacou que quando foi criada a lei da OS estabeleceu-se  
170 uma comissão que ficaria responsável por qualquer problema advindo do contrato e  
171 prestação de contas. Destacou que o município é solidário se aconteceu um erro e  
172 passou despercebido. O Sr. Procurador informou que houve cobranças através de ofício  
173 enviado ao IGC mostrando inconsistências na prestação de contas e ausência dos  
174 relatórios bem como sobre outro ponto que é a concessão de férias a empregado com  
175 menos de 60 (sessenta) dias do cumprimento do contrato, antes do período aquisitivo,  
176 que tem documentos comprovando. Em aparte, o Vereador Rangel Cartaxo destacou  
177 que a fiscalização é obrigação dos vereadores de situação e oposição. Que o município  
178 tem razão e conta com documentos comprobatórios. Que o IGC foi várias vezes  
179 convocado por esta Casa e que se está havendo uma disputa entre o município e o IGC  
180 não passa de uma política, uma coisa muito pequena e que a população que está  
181 sofrendo merece muito mais que isso. Em seguida o Sr. Presidente convidou para uso da  
182 tribuna o Vereador João Paulo Furtado. O Vereador destacou que quando compra uma  
183 briga é pelo bem do povo, que o debate de hoje já foi para uma disputa judicial e que  
184 infelizmente quem vai perder é os funcionários e que desde março já vem solicitando  
185 respostas. Afirmou que gostaria de fazer um relato sobre o recurso que entrará no  
186 município, sem data determinada, compondo duas parcelas de R\$ 3.267.000,00 (três  
187 milhões duzentos e sessenta e sete mil) e R\$ 700.000,00 (setecentos mil)  
188 respectivamente. Que este último deve ser investido exclusivamente no combate ao  
189 corona vírus e que o outro valor o município pode utilizar como desejar. Demonstrou  
190 preocupação, pois para receber esse valor o município deve assinar um termo do SICOF  
191 (Sistema Integrado de Controles Operacionais e Financeiros) e que o Governo Federal o  
192 obriga a abrir mão das ações do Fundeb. O Governo Federal já retirou os direitos  
193 trabalhistas até dezembro de 2021, o município não pode mais criar cargos,  
194 gratificações, chamamento no concurso e para surpresa, tem um termo que o município  
195 só recebe esse dinheiro se abrir mão 100% do recurso. Lembrou que o município tem



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI**

196 uma ação na justiça em favor dos professores que já vem de gestões passadas e que  
197 estava previsto ganhar no fim do ano e que o município deve assinar o termo abrindo  
198 mão dessa ação. Em aparte, o Vereador Samuel Coelho indagou se é a própria lei  
199 complementar que prevê que o município deve assinar o termo. O Vereador João Paulo  
200 Furtado explicou que é necessário preencher uma ficha do SICOF e que a CNM  
201 (Confederação Nacional dos Municípios) lançou o passo a passo do preenchimento.  
202 Destacou que pode parecer que o Governo Federal está enviando muito dinheiro, mas  
203 que com o passar do tempo irão perceber que estão na verdade abrindo mão de direitos  
204 como o piso dos professores, por exemplo. Observou que foi criado um empréstimo  
205 para pequenos e grandes empresários, mas que só quem está levando a fatia grande do  
206 bolo são os grandes empresários que têm várias empresas. Solicitou mais rigor na  
207 barreira sanitária. O Sr. Presidente justificou as ausências dos vereadores Fernanda  
208 Martins, Auricélio Vieira, Teófilo Neto e Fabrício Braga que estão em quarentena  
209 domiciliar. Submeteu a votação o Requerimento nº 35/2020, o qual foi aprovado por  
210 todos. ORDEM DO DIA: Não houve matéria a tratar. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A  
211 Vereadora Maria Jocelma Santana anunciou recuperação da estrada do Baixio do  
212 Mororó, Imprensa e Catanduva, solicitando envio de Moção de Aplauso aos  
213 responsáveis. Reiterou envio de ofício solicitando reparo na iluminação pública de todo  
214 o município, em especial o Distrito de Umburanas. Agradeceu a Secretaria de Obras  
215 pela limpeza no Cemitério de Umburanas e sugeriu a designação de um funcionário  
216 efetivo para o local, assim como para os demais cemitérios. O Vereador José Laureno  
217 Cardoso saudou os presentes. Parabenizou a gestão pela recuperação das estradas do  
218 município, lembrando que cobrou esse serviço diversas vezes. Agradeceu pela limpeza  
219 do Cemitério de Umburanas, observando que foi realizado o roço, mas que ainda falta a  
220 retirada do mato, o que provavelmente acontecerá na próxima semana. Informou que  
221 muitas famílias dos falecidos ali sepultados já realizaram limpeza das respectivas  
222 sepulturas. Reforçou pedido de funcionário para o local. Pediu paciência para os  
223 habitantes de Baixio do Mororó, Imprensa, Caldeirão e Serra Velha e comunicou que  
224 em breve haverá a recuperação das estradas destas localidades. Solicitou envio de ofício  
225 à Secretaria de Obras solicitando vistoria e limpeza das quadras de esporte do bairro do  
226 Dantas e do Distrito de Umburanas. O Vereador João Paulo Furtado solicitou envio de  
227 requerimento à Secretaria de Saúde requerendo: 1. Cópia do relatório do primeiro  
228 quadrimestre de 2020 e do último quadrimestre de 2019, onde consta o resultado dos  
229 indicadores do SISAP referente a Prevenir Brasil, individualizados por equipe, Saúde da  
230 Mulher, Saúde da Gestante, Atenção a Hipertensão e Diabetes; 2. Relatório da Prestação  
231 de Contas 2019-2020; 3. Relatório Consolidado da Produção Constatada versus  
232 Produção Realizada 2017, 2018, 2019, 2020; 4. Relatório Consolidado do Alcance das  
233 Metas de Qualidade 2017, 2018, 2019, 2020; 5. Relatório de Gestão de Balanço das  
234 Organizações Sociais que foram publicadas nos Boletins Oficiais do Município 2017,



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI

235 2018, 2019. Solicitou reforço dos EPIs e orientação dos profissionais que estão  
236 trabalhando nas barreiras sanitárias no município. Observou que o CONASEMS  
237 (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) emitiu portaria orientando que  
238 em tempo de pandemia as Secretarias de Saúde podem abrir mão da prestação de contas  
239 para efetuar pagamento, para conferir agilidade e rapidez. Sugeriu que mais Unidades  
240 Básicas de Saúde entrassem em funcionamento para atender pacientes da Covid-19,  
241 para assim poderem receber R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que é o valor pago por  
242 unidade que UBS aberta para atendimento até às 22h. O Vereador Samuel Coelho  
243 abordou as ações do município no enfrentamento à Covid-19. Destacou que o elevado  
244 número de casos apresentados no município se deve ao grande quantidade de testes  
245 realizados. Que o estado do Ceará é o terceiro no país que mais realiza testes, ficando  
246 atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, que até 1º de junho, já realizou 118.041  
247 (cento e dezoito mil e quarenta e um) testes, tendo sido positivos 48.489 (quarenta e oito  
248 mil quatrocentas e oitenta e nove). Que no Cariri a cidade de Mauriti fica atrás de  
249 Juazeiro do Norte que realizou 2.098 (dois mil e noventa e oito) testes, dos quais 390  
250 (trezentos e noventa) resultaram como positivo. Que Brejo Santo: 270 (duzentos e  
251 setenta), com 34 (trinta e quatro) confirmados; Barbalha 432 (quatrocentos e trinta e  
252 dois) testes com 72 (setenta e dois) confirmados; Crato 440 (quatrocentos e quarenta)  
253 pessoas com 81 (oitenta e um) positivos; e Mauriti 730 (setecentos e trinta) testes, dos  
254 quais 67 (sessenta e sete) positivos, e 7 (sete) óbitos, alguns dos quais com  
255 comorbidades preexistentes. Que é necessário tomar os devidos cuidados como o  
256 distanciamento e uso de máscaras na reabertura gradual. Que a respeito da ajuda do  
257 Governo Federal, é um recurso que vem em boa hora, mas que preocupa o que pode ser  
258 retirado, a exemplo do piso dos professores. Que acredita que os precatórios não entram  
259 nessa exigência, que não há como os professores perderem essa conquista, caso o  
260 prefeito assine o termo, pois é algo que vem há muito tempo sendo debatido. Em aparte,  
261 o Sr. Presidente observou que a aprovação de realização da sessão remota não foi  
262 validada por ausência de quórum. Que para ser aprovada a sua realização se faz  
263 necessário que a mesa diretora subscreva, que seja votada em plenário e que se  
264 encaminhe para as comissões. Que enquanto presidente não pretende dar entrada. Em  
265 aparte, a Vereadora Maria Jocelma Santana indagou se há previsão para a instalação do  
266 BPRaio em Mauriti, visto que a sede já se encontra pronta há dias. O Vereador Samuel  
267 Coelho afirmou acreditar que a demora se deu por conta da pandemia, mas que vai  
268 consultar o executivo para informar na próxima sessão. Solicitou envio de Moção de  
269 Pesar aos familiares da Sra. Cláudia, esposa do Sr. Nem Montenegro; do Sr. Cícero  
270 Bidão do Sr. José Tavares e da Sra. Gaudência, em nome da Casa. O Vereador Almir  
271 Tavares cumprimentou os presentes. Agradeceu a gestão pela recuperação das estradas,  
272 a qual espera que se estenda a todo o município e que o recapeamento das CEs será  
273 concluído após o período de chuva. Solicitou que a população venha a cumprir com os



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI**

274 cuidados necessários ao combate do corona vírus e que evite sair de casa. O Vereador  
275 Romário Alencar solicitou envio de ofício à Superintendência de Obras Públicas  
276 requerendo o roço e manutenção da CE-152 que liga Mauriti ao Distrito de Buritizinho,  
277 estendendo a solicitação às demais CEs do município, com associação do Vereador João  
278 Paulo Furtado e com cópia para a Deputada Augusta Brito. Solicitou envio de ofício à  
279 Secretaria de Saúde requerendo informações sobre acompanhamento, orientações e  
280 medicação receitada aos pacientes cujos exames testaram positivo para a Covid-19 em  
281 Mauriti, e como é realizado transporte dos referidos pacientes para o posto de saúde e  
282 em seguida para as suas respectivas residências. Reforçou pedido para o carro fumacê  
283 para o município, solicitando que pacientes com dengue façam notificações junto à  
284 Secretaria de Saúde, com exame em mãos, para que assim possam atingir o número  
285 necessário adequado para envio do referido carro pela Secretaria de Saúde, através da  
286 macrorregião. Encaminhou Moção de Pesar aos familiares do Sr. Aduino Piancó no  
287 Sítio Macambira pelo falecimento da sua esposa. Observou que o valor de quatro  
288 milhões de reais que o município irá receber para realizar as ações de combate à  
289 pandemia será liberado em partes e que todo o gasto será detalhado no portal da  
290 transparência, com acesso de todos os cidadãos. Destacou que está cumprindo a  
291 quarentena, trabalhando de maneira remota, saindo de casa somente quando necessário  
292 e usando máscara. Orientou que todos devem fazer o mesmo. Que o município está  
293 seguindo os protocolos da OMS. O Sr. Presidente agradeceu a todos. Nada mais  
294 havendo a tratar, declarou encerrada a Sessão. Eu, Alênicon Pereira de Souza, lavrei a  
295 presente ata que será assinada por mim, pelo Presidente e pelos demais edis.

*Alênicon Pereira de Souza*

*José Lauriano Cardoso*

*Augusta Brito*  
*João Paulo Furtado*  
*Augusta Brito*  
*Augusta Brito*